

2026/06/04
A Reunião de Câmara.
[Signature]



**Proposta de abertura de procedimento de classificação como Monumento de Interesse
Municipal da Casa dos Brasileiros|
Penalva do Castelo | Viseu**

47

*São grandes, diferentes, apalaçadas, sempre disputaram ódios e paixões,
e se agora não restam dúvidas, que são o património histórico e arquitetónico a manter,
durante muitos anos foram desprezadas, muitas vezes até destruídas. Camilo de Castelo Branco.*



Índice

1. Identificação do pedido.....	4
2. Identificação do bem patrimonial	4
3. Inserção em planos municipais de ordenamento do território	5
4. Os brasileiros de torna-viagem (1850–1930): emigração, regresso e afirmação social.....	6
5. As casas dos brasileiros: expressão arquitetónica da emigração	9
6. A Casa dos Brasileiros de Penalva do Castelo	12
6.1 O arquiteto – Francisco de Oliveira Ferreira	13
6.2 Mestres de obra e artífices locais na construção da Casa dos Brasileiros.....	15
6.3 Caracterização arquitetónica da Casa dos Brasileiros	16
6.4 Estado de conservação do edifício	18
7. Fundamentação legal e proposta formal de classificação	19
a) Valor histórico.....	19
b) Valor arquitetónico	20
c) Valor urbanístico	20
d) Valor patrimonial	21
8. Proposta de classificação e procedimentos	21
9. Bibliografia	23
Anexos	25
10. Cartografia	26
a) Excerto da Carta Militar 1:25000 – folha 179 (Penalva do Castelo)	26
b) Planta de ordenamento 1:10000	27
c) Planta de localização 1:2000	28
d) Planta de delimitação da Zona Geral de Proteção provisória (50 m) 1:25000	29
e) Planta de localização 1:10000	30
11. Plantas e alçado do existente.....	31
12. Registo fotográfico	34

1. Identificação do pedido

A presente proposta visa a abertura do procedimento de classificação da Casa dos Brasileiros, situada na vila de Penalva do Castelo, como Monumento de Interesse Municipal (MIM), nos termos da legislação portuguesa em vigor relativa à salvaguarda do património cultural. Esta iniciativa fundamenta-se no reconhecido valor histórico, arquitetónico, cultural, urbanístico e patrimonial do imóvel, bem como na sua importância para a memória coletiva e para a identidade da comunidade local.

De acordo com a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (Lei de Bases do Património Cultural), o património cultural compreende “os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura, portadores de interesse cultural, devem ser objeto de especial proteção e valorização” (artigo 2.º, n.º 1).

A Casa dos Brasileiros enquadra-se nesta definição, constituindo um testemunho significativo da história social e económica do território. Integra-se igualmente no conceito de património arquitetónico, conforme previsto no artigo 15.º da referida lei, sendo a sua salvaguarda fundamental para a compreensão da evolução histórica, urbanística e construtiva da comunidade em que se insere.

2. Identificação do bem patrimonial

A Casa dos Brasileiros localiza-se na Rua 1.º de Dezembro, na vila de Penalva do Castelo, com as seguintes coordenadas geográficas 40.673179 N e 7.701565 W. Trata-se de um edifício urbano composto por rés-do-chão, primeiro e segundo andar, integrando logradouro e quintal. A área total do imóvel é de 1.406 m², distribuída por 246 m² de área coberta e 1.160 m² de área descoberta, correspondendo esta última a 280 m² de logradouro e 880 m² de quintal. Em termos de confrontações, o imóvel confronta a norte com a Casa da Ínsua; a nascente com José de Carvalho; a sul com a via pública; e a poente com herdeiros de Manuel da Costa.

A Casa dos Brasileiros insere-se na tipologia das chamadas “casas de brasileiros”, tipologia arquitetónica característica do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, associada ao regresso de emigrantes enriquecidos no Brasil que procuravam materializar, no território de origem, a sua condição económica e afirmação social através da filantropia e da construção de residências de maior escala e aparato decorativo.

Numa fase inicial, o imóvel destinou-se a uso privado, assumindo uma função exclusivamente habitacional, correspondendo à residência mandada edificar por José Domingos da Costa, emigrante natural do concelho radicado no Brasil. Posteriormente, o edifício adquiriu novas valências no contexto local, acolhendo o Colégio de S. José, instituição que desempenhou um papel importante na formação e preparação académica dos jovens do concelho.

Posteriormente, a Casa dos Brasileiros passou a assumir uma forte ligação às atividades de natureza religiosa e cultural, impulsionadas pela presença do padre António Quinteiro e pela fundação do jornal *O Penalvense*, em 1958.



Após o óbito de Manuel da Costa, ocorrido em abril de 1980, a posse do bem foi transmitida, por vontade expressa e acordo de todos os seus herdeiros, para a sua viúva, Miquelina de Sousa Albuquerque, que passou a assumir a sua titularidade e administração. Posteriormente, com o falecimento de Miquelina de Sousa Albuquerque, em 2013, o bem integrou a herança deixada pela mesma, passando desde então a pertencer à herança indivisa dos seus atuais herdeiros, que detêm conjuntamente os direitos de propriedade até eventual partilha formal.

Anexam-se:

- Excerto da Carta Militar 1:25000 – folha 179 (Penalva do Castelo)
- Planta de ordenamento 1:10000
- Planta de localização 1:2000
- Planta de delimitação da Zona Geral de Proteção provisória (50 m) 1:25000
- Planta de localização 1:10000
- Plantas e alçado do existente
- Registo fotográfico.

3. Inserção em planos municipais de ordenamento do território

A Casa dos Brasileiros, de acordo com o Plano Diretor Municipal do Concelho de Penalva do Castelo, revisto em 2015 (Aviso n.º 7096/2015, de 25 de junho), encontra-se integrada em Solo Urbano, na categoria de Espaço Central, correspondendo a uma área estruturante do núcleo urbano consolidado da vila.

4. Os brasileiros de torna-viagem (1850–1930): emigração, regresso e afirmação social

No início do século XX, Portugal atravessava um período marcado pela instabilidade política, fragilidade económica e profundas desigualdades sociais, sendo ainda um país predominantemente rural e pobre. A crise estrutural da economia, a escassez de oportunidades e a forte dependência da agricultura de subsistência incidiram de forma severa nas regiões do Norte, território densamente povoado onde a sobrevivência constituía, para muitas famílias, um desafio permanente (Arroteia, 1985; Rocha-Trindade, 2009; Alves, 1994).

O Brasil consolidou-se como o principal destino da emigração portuguesa desde meados do século XIX até ao primeiro quartel do século XX, devido à proximidade linguística, religiosa e cultural que facilitava a integração dos emigrantes, reforçada pelas redes de solidariedade criadas por comunidades já estabelecidas. Popularmente designado como a “terra da árvore das patacas”, o Brasil foi, no imaginário português desde o século XVIII, sendo idealizado como um lugar quase paradisíaco, de vastidão incomensurável, onde seria possível ultrapassar os horizontes limitados impostos pelo nascimento. O território representava, assim, a abundância, a prosperidade e a possibilidade de ascensão social.

A abolição da escravatura no Brasil, consagrada pela Lei Áurea de 13 de maio de 1888, assinada pela princesa regente Isabel, marcou o início de um período de profundas transformações sociais e económicas no país. No ano seguinte, em 1889, a proclamação da República pôs fim ao regime monárquico e inaugurou uma nova etapa política. Neste contexto de mudança, a economia brasileira passou a depender crescentemente de mão de obra livre para sustentar a expansão da produção agrícola e o dinamismo das atividades comerciais, circunstância que favoreceu a integração de emigrantes europeus (Fausto, 1995; Bethell, 1989; Klein & Luna, 2010).

Para muitos portugueses, a emigração constituiu uma estratégia de mobilidade social. Partiam sobretudo jovens, por vezes ainda crianças, que no estrangeiro se faziam homens, integrando redes familiares ou comerciais já estabelecidas. No Brasil, aprendiam um ofício e desenvolviam atividades no comércio, na agricultura ou na indústria, acumulando, em alguns casos, fortunas significativas, como aconteceu com, Joaquim Bernardo Mendes (Visconde de Paredes) José Joaquim Leite Guimarães (1.º Barão de Nova Sintra), Ângelo Francisco Carneiro (Visconde de Loures), António Afonso Velado (Visconde de Freixo), Joaquim Bernardo Mendes (Visconde de Paredes) e Adriano Moreira de Castro que procedeu ao financiamento da construção de uma escola na freguesia de Louredo e no ano 1936, recebeu o título de Cavaleiro da Ordem da Instrução Pública conferido pelo General Carmona (Alves, 1994; Arroteia, 1985; Rocha-Trindade, 2009).

Em termos globais, entre 1850 e 1930 emigraram para o Brasil entre 1,2 e 1,5 milhões de portugueses, o que demonstra a dimensão estrutural deste fenómeno na história contemporânea de Portugal. O aumento mais significativo da emigração portuguesa verificou-se, segundo Jorge Arroteia, no último quartel do século XIX, quando atingiu uma média anual de cerca de 25 mil emigrantes. Este movimento migratório teve impactos que ultrapassaram a esfera demográfica e económica, produzindo profundas consequências sociais, culturais e patrimoniais, visíveis tanto nas comunidades portuguesas estabelecidas no Brasil como nas regiões de origem, aquando do regresso dos chamados “brasileiros de torna-viagem”.

Os pedidos de passaporte no distrito de Viseu, entre 1918 e 1940, com destino ao Brasil totalizaram cerca de 29 483 registos. No entanto como referem Santos e Ferreira (2007), na realidade esses registos terão atingido (ou mesmo ultrapassado) as 40 000 autorizações oficiais para emigrar (das quais cerca de 95% se destinariam ao território brasileiro). Esses pedidos foram requeridos, na sua maioria, por indivíduos do sexo masculino em idade ativa, sobretudo entre os 21 e os 30 anos. Contudo, verificou-se também um aumento progressivo da participação feminina na emigração para o Brasil, com muitas mulheres a reunirem-se aos maridos já estabelecidos ou a emigrar acompanhando o agregado familiar.

À semelhança de períodos anteriores, o principal destino dos emigrantes do distrito de Viseu no Brasil, indicado nos passaportes, era o Rio de Janeiro, seguido de São Paulo e Santos, importantes pontos de entrada no país. Ao nível concelhio, Viseu registou o maior número de saídas de indivíduos em idade



ativa, com 3 751 emigrantes. No concelho de Penalva do Castelo, nesse mesmo período, emigraram para o Brasil cerca de 1 800 indivíduos. De acordo com Veiga (2013), a emigração dos penalvenses foi, em larga medida, influenciada por anteriores gerações de emigrados, bem como pelas cartas de chamada dirigidas a familiares ou simples vizinhos. Na sua longa história migratória, os principais países de acolhimento foram o Brasil, a Europa (sobretudo Alemanha e França) e os Estados Unidos da América, correspondendo, grosso modo, a ciclos de desenvolvimento nessas regiões do globo e às respetivas necessidades de mão de obra.

É neste contexto, de mobilidade e procura de oportunidades além-mar, que se enquadra o caso de Helena de Jesus. No dia 26 de outubro de 1911, na Secretaria do Governo Civil de Viseu, foi lavrado um termo de identidade a seu pedido. Natural de Peges, na freguesia de Castelo de Penalva, concelho de Penalva do Castelo, e filha natural de Luzia, exposta, Helena declarou a sua intenção de emigrar para o Rio de Janeiro, partindo por Lisboa, sendo para tal necessário formalizar a sua identificação perante as autoridades. Este documento constitui, assim, um testemunho individual que ilustra um fenómeno coletivo mais abrangente, marcado pela partida de habitantes do concelho de Penalva do Castelo em direção ao Brasil no início do século XX.

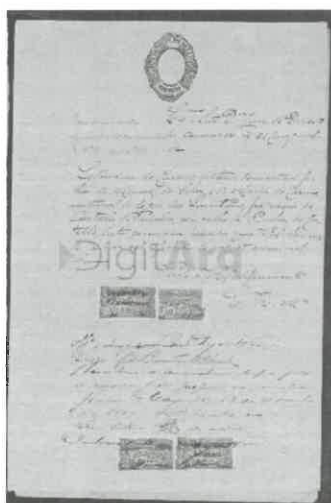


Figura 1. Termo de identidade de Helena de Jesus, natural de Peges (Castelo de Penalva, Penalva do Castelo), lavrado no Governo Civil de Viseu em 26 de outubro de 1911, para efeitos de emigração para o Rio de Janeiro. Arquivo Distrital de Viseu.

O termo “brasileiro de torna-viagem” consolidou-se na historiografia portuguesa para designar o emigrante que, após um prolongado período no Brasil, regressava a Portugal endinheirado. O regresso, frequentemente idealizado desde o momento da partida, era acompanhado pelo desejo de afirmação e de reconhecimento social na terra natal (Alves, 1994).

Para além da sua presença na realidade social portuguesa dos séculos XIX e início do século XX, os “brasileiros de torna-viagem” também ganharam expressão no imaginário cultural e literário da época. A visibilidade social destes emigrantes regressados, era, frequentemente, associada à ostentação de

riqueza e ao desejo de reconhecimento público, despertou a atenção de vários escritores que integraram esta figura nas suas narrativas.

A figura do “torna-viagem” foi recorrentemente retratada pela literatura oitocentista, muitas vezes de forma satírica e caricatural. Entre os autores que contribuíram para essa representação destacam-se Camilo Castelo Branco, Júlio Dinis, Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida, Aquilino Ribeiro e Eça de Queirós. Nestes textos, o regressado surge frequentemente representado como um novo-rico ostentador, ávido de títulos honoríficos e distinções sociais, exibindo hábitos considerados exóticos, sotaque marcado e vestuário distinto, numa construção literária que espelha as tensões sociais e simbólicas associadas à mobilidade social e à acumulação de riqueza.

Todavia, outros escritores, como Ferreira de Castro, apresentaram uma visão mais complexa e humanizada do fenómeno migratório, demonstrando também o lado trágico da experiência: o emigrante que regressava tão pobre quanto partira, por vezes debilitado por doenças tropicais e pelas dificuldades vividas além-mar. Estas representações literárias revelam a pluralidade de perceções sociais em torno da figura do brasileiro de torna-viagem, simultaneamente admirado, invejado e criticado.

O regresso, contudo, não se limitava à ostentação material. Muitos torna-viagem afirmaram-se como figuras influentes nas suas comunidades de origem, intervindo na vida social, económica e, por vezes, política. Através de donativos, subscrições e iniciativas filantrópicas, apoiaram instituições de beneficência, escolas, hospitais e diversas obras públicas, colaboraram e financiaram jornais locais, que reforçou o seu prestígio e contribuiu para o desenvolvimento local.

Um dos exemplos mais relevantes é o de Joaquim Ferreira dos Santos, que regressou a Portugal em 1832, após ter acumulado uma avultada fortuna no Brasil, resultante do comércio com a Europa e África. Numa fase inicial, recebeu preparação escolar com vista à sua integração na vida eclesiástica; contudo, desde cedo se dedicou à atividade mercantil. Foi caixeiro no Porto e, por volta de 1800, embarcou para o Rio de Janeiro, onde ascendeu à condição de negociante, praticando uma técnica comercial comum à época: a consignação. Este método consistia na entrega de mercadorias pelo consignante a um comerciante - o consignatário, que as revendia por conta do primeiro, mediante o pagamento de uma comissão.

Distinguiu-se como benemérito, tendo apoiado confrarias, hospitais e asilos, e subscreveu iniciativas de cariz político, como o monumento evocativo do desembarque liberal ou a estátua de D. Pedro. Foi distinguido por Maria II de Portugal com os títulos de Barão (1842), Visconde (1843) e Conde (1850).

No seu testamento, legou uma parte substancial da sua fortuna a instituições de beneficência, destacando-se a Santa Casa da Misericórdia do Porto, e determinou igualmente a construção de 120 escolas primárias para ambos os sexos, no valor de 1.200\$000 réis cada, perfazendo um total de 144.000\$000 réis. Todos os edificios deveriam ser semelhantes entre si do ponto de vista arquitetónico, estar mobilados e incluir ainda residência para o docente. A localização destes estabelecimentos seria

da responsabilidade da sua testamentaria; no entanto, deveriam ser construídos em terras que fossem sedes de concelho, não podendo exceder duas unidades em cada localidade. O concelho de Castendo foi um dos contemplados com a construção de uma dessas escolas, situada no Largo Magalhães Coutinho, edifício que viria, contudo, a ser destruído por um incêndio em 1971.

As denominadas “Escolas do Conde de Ferreira” constituem, ainda hoje, um importante património nacional. Edificadas na segunda metade do século XIX, representam uma das primeiras iniciativas estruturadas e sistemáticas de promoção da instrução primária no país, materializando uma rede escolar concebida de forma uniforme e distribuída por inúmeras sedes de concelho.

Este legado evidencia, para além da sua dimensão filantrópica, uma clara visão de modernização do território, na qual a educação surge como instrumento fundamental de desenvolvimento social, qualificação das populações e reforço da coesão nacional. A padronização arquitetónica dos edifícios, associada à integração de habitação para os professores, traduz uma conceção inovadora para a época, articulando a função pedagógica, a valorização profissional do docente e o ordenamento racional do espaço educativo.

5. As casas dos brasileiros: expressão arquitetónica da emigração

Nos finais do século XIX e ao longo do século XX, registou-se o regresso a Portugal de um número significativo de emigrantes que haviam partido para o Brasil em busca de melhores condições de vida. No seu regresso, os chamados brasileiros de torna-viagem, que tinham alcançado sucesso no comércio, na indústria ou na agricultura, contribuíram significativamente para a transformação da paisagem do edificado do Norte e Centro de Portugal.

No entanto, a sua afirmação no seio das comunidades locais não se materializou apenas através da filantropia, mas também pela edificação de casas que manifestavam o seu percurso migratório e a prosperidade alcançada no Brasil, inscrevendo na paisagem construída a memória da experiência transatlântica. Quando regressavam, estes “brasileiros”, que, como refere Monteiro (2006), após uma longa aprendizagem e vivência no cosmopolitismo brasileiro se tornavam homens de negócios e apreendiam o sentido da urbanidade, introduziram na paisagem portuguesa edifícios com características arquitetónicas singulares, frequentemente contrastantes com a tradição construtiva local.

Do património material construído pelos torna-viagem destacam-se as casas que narram o percurso vivido no Brasil, visível tanto na decoração interior; com pinturas, murais e madeiras exóticas, e elementos exteriores, onde se observam frequentemente representações escultóricas e soluções arquitetónicas de carácter ornamental. Estas casas tornaram-se o principal elemento de afirmação social destes emigrantes. Apresentam influências de correntes artísticas do século XIX, como a Arte Nova, visível sobretudo nos elementos em ferro e nos azulejos, ou o Romantismo, expresso, por exemplo, na criação de ruínas artificiais nos jardins.

Estes edifícios, de grandes dimensões, distinguem-se pela exuberância decorativa, pelos jardins exóticos e pela influência de estilos arquitetónicos cosmopolitas. Entre os exemplos mais representativos encontram-se o Palacete da Granja, em Paredes, mandado construir por Joaquim Bernardo Mendes (1847–1911), e as chamadas Casas Atlas, oficialmente designadas Palacete dos Silvas Moreiras, dois palacetes edificados em 1913 por Arnaldo Dias da Silva Moreira e António Dias da Silva Moreira, irmãos torna-viagem naturais de Lordelo, no concelho de Paredes, a casa da Castrália, mandada construir por Adriano Moreira de Castro e a casa de António Joaquim de Novais, em Fafe,

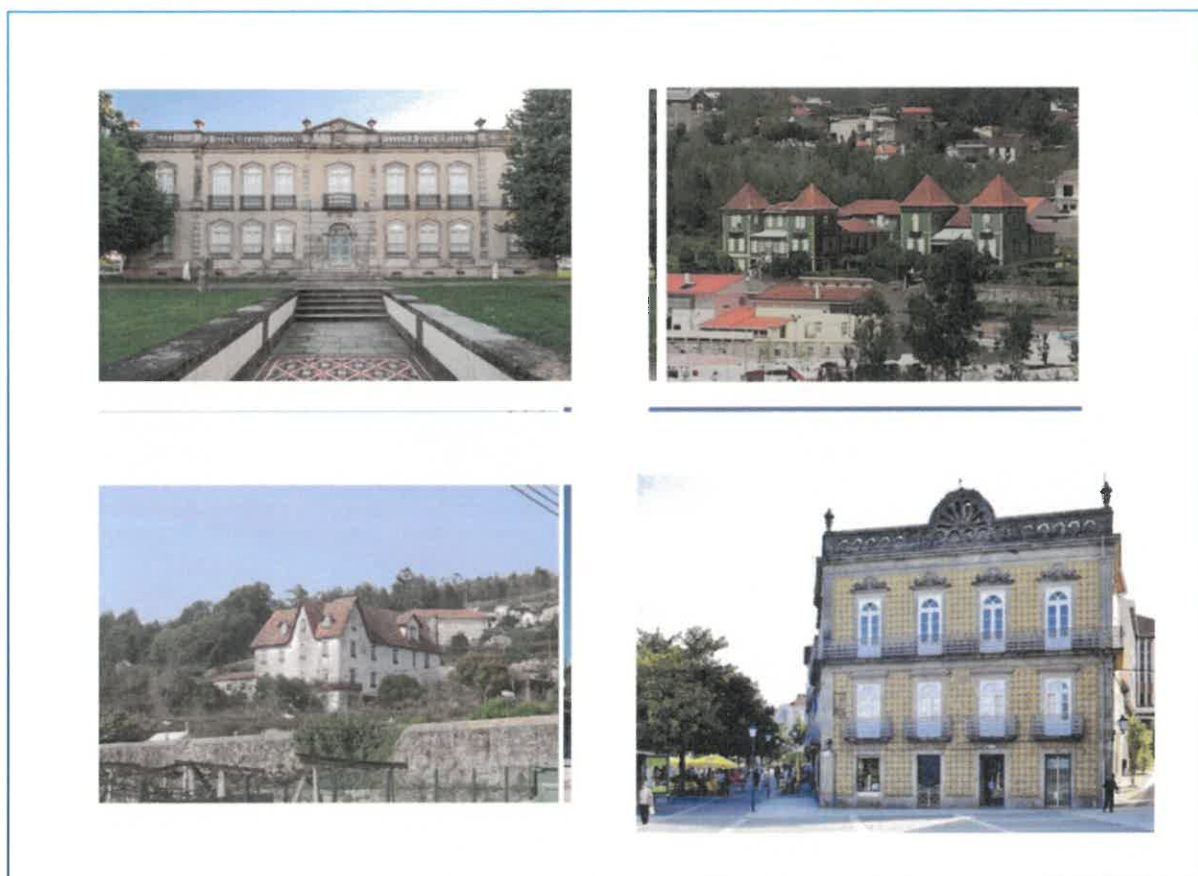


Figura 2. Casas dos “brasileiros de torna viagem” (Palacete da Granja, Palacete dos Silvas Moreiras, casa da Castrália e casa de António Joaquim de Novais).

Não existe, contudo, um modelo único de “casa de brasileiro”. Pelo contrário, observa-se um conjunto de características comuns à maioria das casas construídas pelos emigrantes regressados do Brasil. Este modelo caracteriza-se pela acentuada assimetria e pela riqueza decorativa do conjunto arquitetónico, que compreende o apego à terra natal e os gostos, memórias e influências culturais adquiridas durante a experiência migratória no Brasil.

No plano tipológico e formal, as casas dos chamados “brasileiros de torna-viagem” apresentam um conjunto de características recorrentes. Em termos gerais, são edifícios com dois, três ou quatro pisos, com até três entradas distintas: um acesso principal voltado para a rua, elemento de forte carga representativa; um acesso lateral; e, em algumas tipologias, um terceiro acesso ao nível do rés-do-chão,

elevado ou ao nível do terreno. A existência de várias entradas demonstra não apenas preocupações funcionais, mas também uma clara hierarquização social dos acessos.

Quanto à volumetria, sobressai o seu carácter vertical, frequentemente associado a uma composição simétrica e a uma intenção de monumentalidade. Apesar da predominância da verticalidade, muitas destas construções apresentam uma leitura horizontal marcada por cornijas, frisos ou alinhamentos de vãos que reforçam o equilíbrio compositivo. São, por norma, implantadas à face da rua, libertando a parte posterior ou lateral do lote para jardins e espaços exteriores de carácter mais privado.

A organização interna dos edifícios obedece igualmente a uma clara estratificação funcional. O rés-do-chão compreende, geralmente, as adegas, as arrecadações, a loja e os espaços destinados ao armazenamento de lenha e carvão. Nos pisos superiores distribuem-se as áreas habitacionais. No primeiro piso situam-se, normalmente, os espaços de vivência quotidiana e de receção: cozinha, sala de estar, sala de jantar, escritório, quartos e uma casa de banho de serviço. O segundo piso é, por norma, reservado a áreas mais privadas, como quartos, sala familiar, casas de banho e espaços de arrumação.

Entre os elementos construtivos característicos das casas de brasileiros destaca-se a porta principal exterior, cuidadosamente trabalhada. Normalmente é composta por duas folhas de abrir, três couceiras (duas laterais e uma intermédia), duas travessas (uma superior e outra inferior) e duas almofadas salientes em toda a altura do caixilho, conferindo robustez e imponência ao conjunto. Sobre a porta surge frequentemente a bandeira envidraçada, cujo caixilho é formado por duas couceiras e duas travessas, preenchidas por um vidro único. A travessa que separa a porta da bandeira assume particular destaque, quer pela sua dimensão quer pelo detalhe ornamental, constituindo um elemento relevante na composição da fachada.

As claraboias são outro elemento representativo desta arquitetura, desempenha um papel essencial na iluminação natural, sobretudo das escadas interiores. No interior das casas destacam-se átrios em pedra lavrada, escadarias de madeira e salas amplas decoradas com particular requinte. Os revestimentos mais comuns nas paredes interiores são o reboco, o estuque e a caiação. Os telhados destas casas são caracterizados por diferentes formas e desenhos, assentam geralmente numa estrutura simples que permite o aproveitamento da cobertura.

É igualmente notável a diversidade de elementos decorativos presentes nestas casas, que variam entre azulejos de diferentes policromias e estátuas que rematam os telhados ou os portões. As fachadas são frequentemente muito coloridas, resultado da utilização de azulejos policromados. O jardim, limitado por gradeamento e fechado por portões de ferro forjado, ocupa também um lugar de relevo, constituindo uma tentativa de recriação do ambiente exótico que os emigrantes conheceram no Brasil.

Para além do seu valor formal e estético, as casas de brasileiro constituíam verdadeiros espaços de sociabilidade e representação social. Mais do que simples residências familiares, funcionavam como locais de afirmação pública do sucesso alcançado além-mar. Eram, simultaneamente, lugares de



memória e de construção de narrativas simbólicas, onde se materializavam experiências transatlânticas, redes de contacto e práticas culturais assimiladas no Brasil.

As chamadas “casas de brasileiros” foram edificadas sobretudo entre meados do século XIX e a década de 1930, período que coincide com o auge do fenómeno migratório português para o Brasil e com o regresso dos denominados “brasileiros de torna-viagem”. Estas construções representam uma combinação entre a arquitetura local e tradicional e influências internacionais, afirmando-se como marcas visíveis de mobilidade social e de transformação cultural, de afirmação económica e processos de transferência cultural entre Portugal e o espaço atlântico. Contudo, autores como Camilo Castelo Branco ou Júlio Dinis retrataram frequentemente as casas de brasileiros como construções extravagantes, por vezes consideradas perturbadoras da ordem e da sobriedade da paisagem nortenha.

6. A Casa dos Brasileiros de Penalva do Castelo

A Casa dos Brasileiros, em Penalva do Castelo, é um projeto do arquiteto português Francisco de Oliveira Ferreira, edificado na antiga Rua Direita, posteriormente designada Rua Principal de Castendo e atualmente Rua 1.º de Dezembro, em Penalva do Castelo. A sua construção foi executada a pedido do emigrante natural deste concelho, radicado no Brasil, José Domingos da Costa.

Desconhece-se a forma como foi efetuada a escolha do autor do projeto. Contudo, não será de estranhar que esse contacto tenha resultado das ligações que o proprietário manteria com outros emigrantes portugueses estabelecidos no Brasil, tendo em conta o elevado número de projetos de “casas de brasileiros” concebidos pelo mesmo arquiteto na área do Grande Porto, como o Palacete de São João Novo, a Casa do Brasileiro de Arcozelo e o Café “A Brasileira”.

O projeto de construção foi aprovado pela Comissão de Melhoramentos Sanitários da Câmara Municipal, na sessão de 22 de abril de 1920, sendo então presidente dessa Comissão José Maria Pinto Portugal, cuja assinatura consta do projeto original. Em Penalva do Castelo, esta é a única casa que se enquadra nesta designação, pelas suas características construtivas típicas, tanto no exterior como no interior.

Contudo, o destino não permitiu que o proprietário tivesse a oportunidade de conhecer a casa que mandara construir com tanto empenho e à qual dera, numa prova de afeto, o nome da filha e herdeira: “Vila Edite”. Com a obra quase concluída, José Domingos da Costa faleceu, deixando o imóvel em herança à sua filha, Edite, que também nunca o visitou, uma vez que não regressou a Portugal.

Em 1924, instalou-se em Castendo um casal constituído por Felismina Elisa Serrano Correia e pelo notário do concelho, Dr. Sebastião Alcântara. Na ausência de uma estrutura de ensino que permitisse aos jovens do concelho prosseguir os estudos para além da instrução primária, e a pedido de vários pais, Felismina Correia passou a ministrar aulas de preparação aos alunos que, no final do ano letivo, realizavam exame em Viseu, no Liceu Nacional.



Por requerimento datado de 16 de janeiro de 1931, foi solicitado ao Ministério da Instrução Pública que lhe fosse concedido o diploma para o ensino particular de instrução secundária, abrangendo a 1.ª, 2.ª e 3.ª classes do curso do liceu, em regime de externato. Como o número de alunos cresceu rapidamente, excedendo a capacidade legal de apresentação a exame, em 1934 foi apresentado novo requerimento ao Ministério da Instrução Pública, do qual resultou a atribuição do Alvará n.º 198, datado de 23 de maio de 1935. A partir dessa data, a instituição passou a funcionar com a designação de Colégio de S. José, na casa da Rua Principal, n.os 5 e 7, cujas instalações permitiam aumentar substancialmente o número de alunos.

O Colégio de S. José manteve-se em funcionamento na Casa dos Brasileiros até à sua posterior transferência para Mangualde. Numa fase inicial, os professores deslocavam-se diariamente de Castendo para lecionar as 1.ª e 2.ª classes do liceu em Mangualde, enquanto os alunos da 3.ª e 4.ª classes permaneciam em Castendo durante a semana, ficando alojados em casas particulares próximas que os acolhiam por valores acessíveis.

Com o aumento significativo do número de alunos na vila de Mangualde e a pedido dos pais, sobretudo após a fuga com o dinheiro das matrículas por parte do responsável pelo Colégio Beirão, que ali funcionava, o Colégio de S. José transferiu-se definitivamente para Mangualde.

Após essa transferência, por volta de 1936, a casa foi arrendada ao padre António Quinteiro, pároco da freguesia de Ínsua durante mais de cinquenta anos. Foi pelas suas mãos que na Casa dos Brasileiros nasceu o jornal *O Penalvense*, cuja primeira edição data de 9 de março de 1958. Em 1961, o imóvel foi adquirido por Manuel da Costa aos familiares de José Domingos da Costa.

Ano / Data	Acontecimento
22/abr/1920	Aprovação do projeto pela Comissão de Melhoramentos Sanitários da Câmara Municipal
1921	Início da construção da Casa dos Brasileiros na então Rua Direita (atual Rua 1.º de Dezembro)
1924	Instalação de aulas de preparação para o liceu em Castendo
16/jan/1931	Pedido de diploma para ensino particular de instrução secundária
23/mar/1935	Atribuição do Alvará n.º 198 e formalização do Colégio S. José
1935–1936	Funcionamento do Colégio S. José na Casa dos Brasileiros
c. 1936	Transferência definitiva do Colégio S. José para Mangualde
Pós-1936	Arrendamento da casa ao padre António Quinteiro
09/mar/1958	Fundação do jornal <i>O Penalvense</i>
1961	Aquisição do imóvel por Manuel da Costa

Tabela 1. Casa dos Brasileiros – síntese cronológica.

6.1. O arquiteto - Francisco de Oliveira Ferreira

O arquiteto Francisco de Oliveira Ferreira nasceu na cidade do Porto, em 1884, e faleceu em Miramar, em 1967. Entre 1901 e 1906 frequentou o curso de Arquitetura Civil na Academia Portuense de Belas-

Artes, onde teve como mestres Manuel Sardinha, José Sardinha, José de Brito e José Teixeira Lopes. Prosseguiu ainda estudos nas Beaux-Arts, em Paris.

Em 1909, em colaboração com o escultor José de Oliveira Ferreira, venceu o concurso para o Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular, implantado em Lisboa, na Praça de Entrecampos. Em 1925 obteve o diploma oficial de arquiteto, após 19 anos de atividade profissional. Esta demora deveu-se à morosidade das reformas legislativas e educativas então em curso em Portugal. Foi um dos pioneiros na utilização de estruturas em betão armado no país, explorando as suas potencialidades técnicas e formais.

É autor de numerosos projetos de reconhecido interesse arquitetónico e monumental, destacando-se, entre outros:

- Paços do Concelho de Vila Nova de Gaia – Vila Nova de Gaia
- Café A Brasileira – Porto
- Sanatório Marítimo do Norte – Valadares (Vila Nova de Gaia)
- Grande Colégio Universal – Porto
- Hotel Astória – Coimbra
- Casino de Vila do Conde – Vila do Conde
- Quartel dos Bombeiros Voluntários da Régua – Peso da Régua



Figura 3. Projetos de Francisco de Oliveira Ferreira (Paços do Concelho de Vila Nova de Gaia, Hotel Astória, Casino de Vila do Conde e Café A Brasileira).

Foi igualmente autor de projetos como a Clínica Senatorial Heliantina, a Ourivesaria Cunha, o plano de arruamentos da Praia de Valadares, a ampliação da Fábrica de Cerâmica e Fundição das Devesas, o edifício da Companhia de Seguros “A Nacional”, a sede do Orfeão da Póvoa de Varzim, o prédio da “Casa Inglesa”, a Casa de Saúde da Avenida dos Aliados e a Escola Maternal da Póvoa de Varzim, entre outros. A concentração da maioria dos seus projetos na área do Grande Porto evidencia o papel relevante que desempenhou nos processos de modernização e transformação urbana da região durante as primeiras décadas do século XX.

Para além da atividade como projetista, participou ativamente em diversas iniciativas culturais e patrimoniais, integrando a:

- Fundação dos Amigos do Mosteiro da Serra do Pilar, sendo autor dos primeiros trabalhos de restauro no edifício;
- Comissões ligadas à Exposição de Documentos Artísticos e Científicos e de Recordações do Barão de Forrester;
- Comissão Executiva e Organizadora da Exposição Histórica do Vinho do Porto;
- Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário do Município de Gaia;
- Fundação da Sociedade da Praia de Vila do Conde.

É ainda autor da obra Preciosidades Nacionais, coleção representativa de monumentos emblemáticos portugueses. O seu percurso revela uma personalidade de grande versatilidade, conciliando a prática profissional com a intervenção cívica e a valorização patrimonial, afirmando-se como uma figura marcante da arquitetura portuguesa da primeira metade do século XX.

6.2. Mestres de obra e artífices locais na construção da Casa dos Brasileiros

A edificação da Casa dos Brasileiros, em granito e madeiras da região, foi executada por pedreiros, carpinteiros e outros artífices de Castendo (Penalva do Castelo), entre 1920 e 1927. A obra foi dirigida pelo mais importante mestre de obras da época, Duarte Ferreira Machado, conhecido pela alcunha de “Cebolo”, natural da Ínsua. Foi também ele quem ampliou a Torre Nova da Igreja da Misericórdia e realizou algumas das obras de cantaria mais importantes na Quinta da Ínsua, sob orientação do arquiteto italiano Luigi Battistini. Sendo, também, responsável pelas fundações e paredes em perpianho e cantaria, onde deixou bem patente a sua mestria enquanto pedreiro.

Com ele trabalharam vários membros da família Alves, da Ínsua, notáveis canteiros, aos quais se devem os trabalhos de cantaria cinzelada da Casa da Ínsua e o Padrão dos Descobrimentos, inaugurado em 1940, no Largo Magalhães Coutinho, obra de Abel Alves.

João da Silva Lares, conhecido por João “das Formas”, autor de notáveis trabalhos de marcenaria na Sala dos Quadros da Casa da Ínsua, na sanefa do arco central da Igreja da Misericórdia de Penalva do Castelo e em diversas casas particulares, foi, com a sua equipa, o habilíssimo carpinteiro, marceneiro,

desenhador e entalhador responsável pelos tetos, sobrados de madeira, portas interiores e exteriores, portadas, janelas e escadarias, aos quais conferiu elevada qualidade técnica e artística.

6.3. Caracterização arquitetónica da Casa dos Brasileiros

O edifício encontra-se implantado em frente urbana consolidada, alinhado com a via pública, desenvolvendo-se em três pisos (rés-do-chão, primeiro e segundo andar), com volumetria paralelepipedica regular. A cobertura é revestida a telha cerâmica tradicional, rematada por beiral saliente. O alçado principal compreende uma clara preocupação cenográfica, característica das denominadas “casas de brasileiros”, nas quais a fachada assume uma função representativa e emblemática.

O piso térreo é totalmente revestido a cantaria de granito aparelhado, organizada em fiadas regulares de blocos de dimensão considerável, conferindo robustez estrutural e solidez visual ao conjunto. Este piso integra quatro lojas de média dimensão e uma loja principal de maiores proporções. As janelas encontram-se protegidas por grades metálicas de desenho discreto, harmonizadas com a restante serralharia do edifício, permitindo simultaneamente ventilação e segurança. A escala reduzida destes vãos contrasta com a monumentalidade dos vãos do piso nobre, reforçando a clara hierarquização funcional da construção.

A composição da fachada apresenta uma organização simétrica, estruturada a partir de um eixo central bem definido, conferindo equilíbrio e monumentalidade ao conjunto. Na fachada principal sobressai o elemento arquitetónico de maior expressividade formal: uma janela de grandes dimensões em arco pleno, integralmente moldurada em cantaria de granito cuidadosamente aparelhada. As aduelas do arco encontram-se bem definidas, assentes sobre impostas salientes que marcam a transição estrutural entre os elementos verticais e a curvatura superior.

O enquadramento é reforçado por pilastras laterais salientes, igualmente em cantaria, que conferem verticalidade e robustez ao conjunto, acentuando o seu carácter monumental. A moldura pétrea, de recorte preciso e volumetria expressiva, evidencia a qualidade construtiva e o investimento decorativo associados ao edifício. A caixilharia em madeira organiza-se de forma simétrica, subdividida em múltiplos pequenos vidros e moldando-se à curvatura do arco através de um pano superior semicircular. Esta solução permite uma entrada abundante de luz natural, sublinhando a importância funcional e simbólica do piso nobre enquanto espaço de receção e sociabilidade. Sobre o eixo central do arco observa-se um motivo decorativo em relevo, de inspiração vegetalista, que suaviza a rigidez da estrutura pétrea e introduz um apontamento ornamental de linguagem eclética. Na parte inferior do vão destaca-se uma guarda em ferro forjado de desenho ritmado e delicado, acrescentando leveza e requinte ao conjunto.

O segundo piso organiza-se igualmente de forma simétrica, estruturado por três vãos verticais de grandes dimensões, de configuração retangular, moldurados em cantaria de granito cuidadosamente trabalhada.

As molduras apresentam ligeiro ressaltamento relativamente ao pano rebocado da fachada, reforçando o desenho arquitetónico dos vãos e conferindo maior profundidade ao alçado. Sobre cada janela surgem elementos decorativos em relevo, de inspiração vegetalista e linguagem eclética, que introduzem elegância formal ao conjunto. As duas varandas laterais, apoiadas em consolas pétreas salientes, apresentam guardas em ferro forjado de desenho elaborado, marcadas por motivos curvilíneos entrelaçados e padrões geométricos repetitivos. A delicadeza da serralharia contrasta harmoniosamente com a robustez da cantaria, criando um equilíbrio entre leveza decorativa e solidez construtiva.

O remate da fachada constitui um dos aspetos mais expressivos do conjunto. Destaca-se a empena central curva, de perfil ondulado, que introduz dinamismo à linha de coroamento e rompe com a rigidez da cobertura em telha cerâmica. Nos extremos e no eixo central surgem elementos decorativos verticais - pináculos, que acentuam o carácter cenográfico e monumental do edifício. A cornija saliente em cantaria delimita o plano da cobertura e funciona como elemento de transição entre o corpo da fachada e o telhado.

A qualidade artística dos interiores é particularmente evidente no tratamento diferenciado dos tetos, que apresentam diversas soluções compositivas. Encontram-se tetos em caixotões e composições radiais, com tábuas dispostas em convergência para o centro, criando um efeito dinâmico e profundo. As estruturas geométricas em relevo são frequentemente pintadas em tons verde-água, conferindo leveza cromática ao conjunto. Elementos decorativos aplicados nos vértices e medalhões centrais ornamentados, alguns de forma oval e com motivos figurativos, reforçam o carácter cenográfico dos espaços.

A organização interior da Casa dos Brasileiros apresenta uma clara hierarquização funcional e simbólica dos espaços, conjugando o conforto, a representação social e a qualidade construtiva. O primeiro andar, corresponde ao piso nobre, apresenta duas entradas a partir da via pública, situadas em níveis distintos. A entrada principal realiza-se através de um patamar coberto, que conduz diretamente ao corpo nobre da habitação, que salienta a sua função representativa. A segunda entrada, ao nível do passeio público, permite o acesso à zona da cozinha, que estabelece uma separação funcional entre os circuitos sociais e os de serviço.

Neste piso distribuem-se o hall principal, a sala de visitas, a copa, o escritório, dois quartos, a cozinha, a dispensa, a casa de banho e a sala de jantar. Esta organização demonstra uma clara distinção entre áreas de receção e espaços de vivência quotidiana, refletindo o modo de habitar característico das primeiras décadas do século XX em residências associadas a proprietários de estatuto social elevado.

No centro do hall principal encontra-se uma escadaria em madeira composta por três lanços, constituindo não apenas um elemento funcional de circulação vertical, mas também um elemento cenográfico de forte impacto visual. A escada conduz ao segundo piso, onde desemboca num espaço central de distribuição em torno do qual se organizam cinco quartos, um quarto destinado a passar a



ferro e instalações sanitárias. A partir deste núcleo partem ainda escadas de dois lanços que dão acesso às águas-furtadas, cuja área corresponde sensivelmente à do corpo central da casa, revelando um aproveitamento integral do volume edificado.

Os vitrais policromáticos e as madeiras constituem um elemento singular da composição interior. Os vitrais integram portas duplas com painéis verticais em vidro colorido, apresentando tonalidades predominantes de verde, âmbar, azul e branco leitoso. Para além da função decorativa, filtram a luz natural e criam ambientes luminosos e cromaticamente enriquecidos. As janelas interiores são frequentemente encimadas por frisos decorativos de inspiração vegetalista, reforçando a coerência ornamental do conjunto.

A madeira está presente escadaria, com balaústres torneados e corrimão maciço, evidencia mestria artesanal e robustez construtiva. Os lambris em madeira, as molduras e colunas decorativas, bem como as portadas pintadas, revelam o cuidado no acabamento e a valorização dos materiais regionais. A conjugação entre cantaria, madeira trabalhada, pintura ornamental e vitral traduz uma conceção integrada do espaço, na qual técnica e estética se complementam.

No seu conjunto, o interior da Casa dos Brasileiros expressa uma linguagem eclética característica das denominadas “casas de brasileiros”, nas quais a residência assume não apenas uma função habitacional, mas também um papel de afirmação de identidade, prosperidade e distinção social. A riqueza decorativa, associada à organização funcional rigorosa, traduz uma síntese entre a tradição construtiva local e as ambições cosmopolitas associadas à emigração e ao retorno de capitais e referências culturais.

6.4. Estado de conservação do edifício

O edifício apresenta um estado de conservação global considerado regular, com sinais de degradação física e estética que poderão estar associados à ausência de intervenções de manutenção sistemática ao longo dos últimos anos.

Ao nível da fachada observam-se extensas manchas de humidade, particularmente na zona central sob as varandas e junto aos elementos decorativos superiores, indiciando possíveis problemas de infiltração e deficiente impermeabilização. O revestimento exterior apresenta desgaste acentuado, com áreas de reboco deteriorado e pintura descascada. As guardas metálicas das varandas evidenciam sinais de oxidação, resultantes da exposição prolongada aos agentes atmosféricos. As caixilharias mantêm, no entanto, as suas características originais, embora apresentem degradação da pintura e sinais de envelhecimento dos materiais.

Apesar das patologias identificadas, a estrutura principal do edifício aparenta manter estabilidade, não sendo visíveis deformações estruturais significativas. Contudo, a persistência do atual estado de conservação poderá acelerar os processos de degradação, conduzindo a um agravamento das patologias construtivas e ao consequente aumento dos custos associados a uma futura intervenção de reabilitação.



7. Fundamentação legal e proposta formal de classificação

O presente processo de classificação da Casa dos Brasileiros como Monumento de Interesse Municipal (MIM) encontra-se enquadrado pela Lei de Bases do Património Cultural (LBPC), aprovada pela Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, na sua redação atual, diploma que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. O procedimento rege-se igualmente pelo disposto no Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, também na sua redação atual, que regula o procedimento de classificação de bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das respetivas zonas de proteção e dos planos de pormenor de salvaguarda.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 107/2001, os bens imóveis podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal. O n.º 6 do mesmo artigo estabelece que se consideram de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominantemente relevante para um determinado município.

Para efeitos de avaliação do valor cultural de um bem imóvel e da pertinência da sua classificação, o artigo 17.º da Lei de Bases do Património Cultural define os critérios gerais de apreciação, designadamente:

- carácter matricial do bem;
- génio do respetivo criador;
- interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso;
- interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos;
- valor estético, técnico ou material intrínseco do bem;
- conceção arquitetónica, urbanística e paisagística;
- a extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva;
- a importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica;
- as circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.

Neste enquadramento legal, a abertura do procedimento de classificação do edifício da Casa dos Brasileiros como Monumento de Interesse Municipal constitui um passo essencial para assegurar a sua preservação, valorização e salvaguarda, garantindo a continuidade da leitura histórica, social e arquitetónica do núcleo urbano da vila.

a) Valor histórico

A Casa dos Brasileiros constitui um testemunho material importante da história social e económica do concelho de Penalva do Castelo, que está diretamente associada ao fenómeno da emigração portuguesa para o Brasil e ao regresso dos denominados “brasileiros de torna-viagem”, nas primeiras décadas do



século XX. A sua edificação traduz a afirmação social e económica de José Domingos da Costa, emigrante natural do concelho radicado no Brasil.

Para além da sua utilização inicial como residência, o edifício desempenhou posteriormente um papel significativo na vida educativa e cultural da comunidade: acolheu o Colégio de S. José e, mais tarde, serviu de residência ao padre António Quinteiro. Foi igualmente neste espaço que nasceu o jornal *O Penalvense*.

A Casa dos Brasileiros preserva a memória de diferentes fases da história local, social, educativa, religiosa e cultural, constituindo um elemento estruturante da identidade coletiva do concelho de Penalva do Castelo.

b) Valor arquitetónico

O imóvel apresenta características construtivas representativas das denominadas “casas de brasileiros”, tipologia arquitetónica associada à segunda metade do século XIX e às primeiras décadas do século XX. Destacam-se a utilização de cantaria granítica aparelhada, as caixilharias em madeira trabalhada, as varandas em ferro forjado e a composição rigorosamente simétrica da fachada.

A volumetria regular, a organização hierarquizada dos pisos e a forte componente cenográfica do alçado principal, marcada pelo arco pleno central, por elementos decorativos de inspiração vegetalista e por uma empena curva rematada por pináculos, conferem ao edifício singularidade formal e elevado valor artístico.

No interior, a riqueza dos tetos ornamentados, dos vitrais policromáticos, da escadaria com elementos torneados e dos pormenores decorativos em madeira demonstra um cuidado construtivo e ornamental que ultrapassa a mera função habitacional, que revela uma clara intenção de distinção estética.

O projeto é atribuído ao arquiteto Francisco de Oliveira Ferreira, cuja intervenção assume particular relevância na definição formal e arquitetónica do edifício. A sua autoria reforça o valor patrimonial do imóvel, não apenas enquanto exemplar da arquitetura associada aos “brasileiros de torna-viagem”, mas também como obra inserida no percurso de um profissional que contribuiu para a qualificação e valorização da arquitetura em Portugal.

c) Valor urbanístico

A Casa dos Brasileiros apresenta um relevante valor urbanístico, integrando-se de forma harmoniosa na frente edificada consolidada e contribuindo para a definição e qualificação da paisagem construída da vila de Penalva do Castelo. A sua volumetria regular, associada à composição simétrica da fachada e à qualidade do trabalho de cantaria e de serralharia, confere-lhe uma presença arquitetónica marcante e um significativo carácter representativo no contexto urbano.



d) Valor patrimonial

O edifício materializa o impacto da emigração na transformação da paisagem construída e na afirmação social dos emigrantes regressados. A sua preservação reveste-se de particular relevância enquanto testemunho da relação entre mobilidade social, identidade cultural e arquitetura. O imóvel encerra valores históricos, sociais, artísticos e simbólicos que fundamentam plenamente a necessidade da sua proteção.

8. Proposta de classificação e procedimentos

A classificação da Casa dos Brasileiros como Monumento de Interesse Municipal (MIM) permitirá o reconhecimento formal do seu valor cultural, arquitetónico, urbanístico e patrimonial, bem como o acesso a instrumentos e apoios indispensáveis à sua conservação, valorização e requalificação. Esta classificação constitui uma medida essencial para assegurar a salvaguarda do imóvel, garantindo simultaneamente a sua adequada adaptação a usos contemporâneos, sem prejuízo da integridade histórica, arquitetónica e patrimonial. Acresce que a requalificação da Casa dos Brasileiros potenciará o seu contributo para o desenvolvimento cultural e social da vila, criando condições para a instalação de valências culturais e para a realização de iniciativas de interesse público, promovendo a coesão social e o reforço da identidade local.

Nestes termos, a classificação como MIM assume-se como uma ação estratégica de proteção e valorização do património cultural concelhio, permitindo a preservação e a fruição pública de um bem patrimonial de reconhecido valor histórico e simbólico para a comunidade.

A classificação de bens imóveis como de Interesse Municipal é da incumbência da Câmara Municipal, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, conjugado com a alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, também na sua redação atual. Este diploma estabelece que compete à Câmara Municipal “assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal”.

O procedimento de classificação de bem imóvel como de Interesse Municipal obedece, com as devidas adaptações, ao disposto no Capítulo II do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal, se assim o julgar conveniente, delibere a abertura do procedimento tendente à classificação do imóvel como Monumento de Interesse Municipal, nos termos do disposto no artigo 25.º da Lei de Bases do Património Cultural e dos artigos 8.º e seguintes do referido decreto-lei.

Caso a presente proposta de abertura do procedimento de classificação da Casa dos Brasileiros como Monumento de Interesse Municipal mereça provimento, e em obediência ao previsto nos artigos 9.º a 11.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, deverá a decisão contemplar:



- A notificação do proprietário;
- A publicação na 2.ª Série do Diário da República;
- A comunicação ao Património Cultural, I.P.; à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.; à Direção-Geral do Tesouro e Finanças; à Conservatória do Registo Predial; à Inspeção-Geral das Atividades Culturais; à Ordem dos Arquitetos; e à Ordem dos Engenheiros;
- A divulgação do ato na página eletrónica do Município.

As notificações e publicações anteriormente referidas, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, devem indicar:

- O conteúdo e objeto da decisão de abertura do procedimento de classificação;
- A planta de localização do imóvel e da respetiva Zona Geral de Proteção provisória (vigente enquanto o imóvel se encontrar em vias de classificação, abrangendo uma área de 50 metros contados a partir das paredes exteriores do imóvel);
- Os efeitos da abertura do procedimento, informando que, a partir da notificação da decisão de abertura ou da publicação do anúncio no Diário da República, conforme o que ocorra em primeiro lugar, o bem imóvel é considerado em vias de classificação, com todos os efeitos legais, ficando sujeito ao disposto nos artigos 40.º a 54.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, na sua redação atual, com exceção do disposto no artigo 42.º, conforme estabelecido no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 309/2009.

Perante os elementos apresentados, a Casa dos Brasileiros reúne as condições necessárias para a sua classificação como bem de interesse municipal. A sua salvaguarda permitirá preservar um legado relevante da memória coletiva local, contribuindo para a valorização e divulgação de um património fundamental para a compreensão da evolução histórica, social e cultural do território e das comunidades que o moldaram ao longo do século XX.

Penalva do Castelo, 05 de junho de 2026.

Pedro Jorge Cabral Monteiro

O Vereador com competência delegada.

9. Bibliografia

- Alves, J. F. (1994). Os brasileiros: Emigração e retorno no Porto oitocentista. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Alves, J. F. (2003). Emigração e regresso: A construção social do “brasileiro”. In J. Mattoso (Dir.), *História da vida privada em Portugal* (Vol. 3). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Arroteia, J. (1985). *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bandeira, M. (2007). *Emigração e mobilidade social em Portugal*. Lisboa: Colibri.
- Castro, F. de (1930). *Emigrantes*. Lisboa: Guimarães Editores.
- França, J. A. (1991). *A arte em Portugal no século XIX*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Godinho, V. M. (1978). *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia.
- Leite, J. G. R. (2000). Emigração portuguesa para o Brasil. In B. Bethencourt & K. Chaudhuri (Drs.), *História da expansão portuguesa* (Vol. V). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mattoso, J. (Dir.). (2010). *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Monteiro, N. G. (2003). *Elites e mobilidade social em Portugal no século XIX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pereira, M. H. (2009). *A política portuguesa de emigração (1850–1930)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Pina, M. C. (2009). *Arquitetura e modernidade em Portugal (1890–1940)*. Lisboa: Argumentum.
- Ramos, R., Monteiro, N. G., & Sousa, B. V. (2009). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Rocha-Trindade, M. B. (2009). *Emigração portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rossa, W. (2012). *História da arte portuguesa: Arquitetura e urbanismo*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Santos, C. A. (2005). *Arquitetura portuguesa no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Santos, P. M. dos, & Ferreira, J. (2007). A emigração do distrito de Viseu para o Brasil entre as duas guerras mundiais (1918-1940). In F. de Sousa, I. de Lima Martins, & C. Meireles Pereira (Coords.), *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESSE / Edições Afrontamento.
- Saraiva, A. J., & Lopes, Ó. (2001). *História da literatura portuguesa* (17.^a ed.). Porto: Porto Editora.
- Silva, R. H. da (2000). *Arquitetura e urbanismo em Portugal*. Lisboa: Presença.
- Tengarrinha, J. (2013). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Torgal, L. R. (2015). *Estados novos, estado novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Valério, N. (2001). *História económica de Portugal*. Lisboa: Presença.



Veiga, C. (2013). Município de Penalva do Castelo: séc. XIX-XX. Penalva do Castelo: Município de Penalva do Castelo.

Vieira, B. (2002). Emigração portuguesa para o Brasil nos séculos XIX e XX. Lisboa: Colibri.

Vieira, M. (2010). Património cultural: Conceitos e critérios de classificação. Lisboa: Edições 70.

Legislação

Portugal. (2001). Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. Lei de Bases do Património Cultural.

Portugal. (2009). Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro. Regime jurídico de classificação de bens imóveis de interesse cultural.

Portugal. (2013). Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Regime jurídico das autarquias locais.

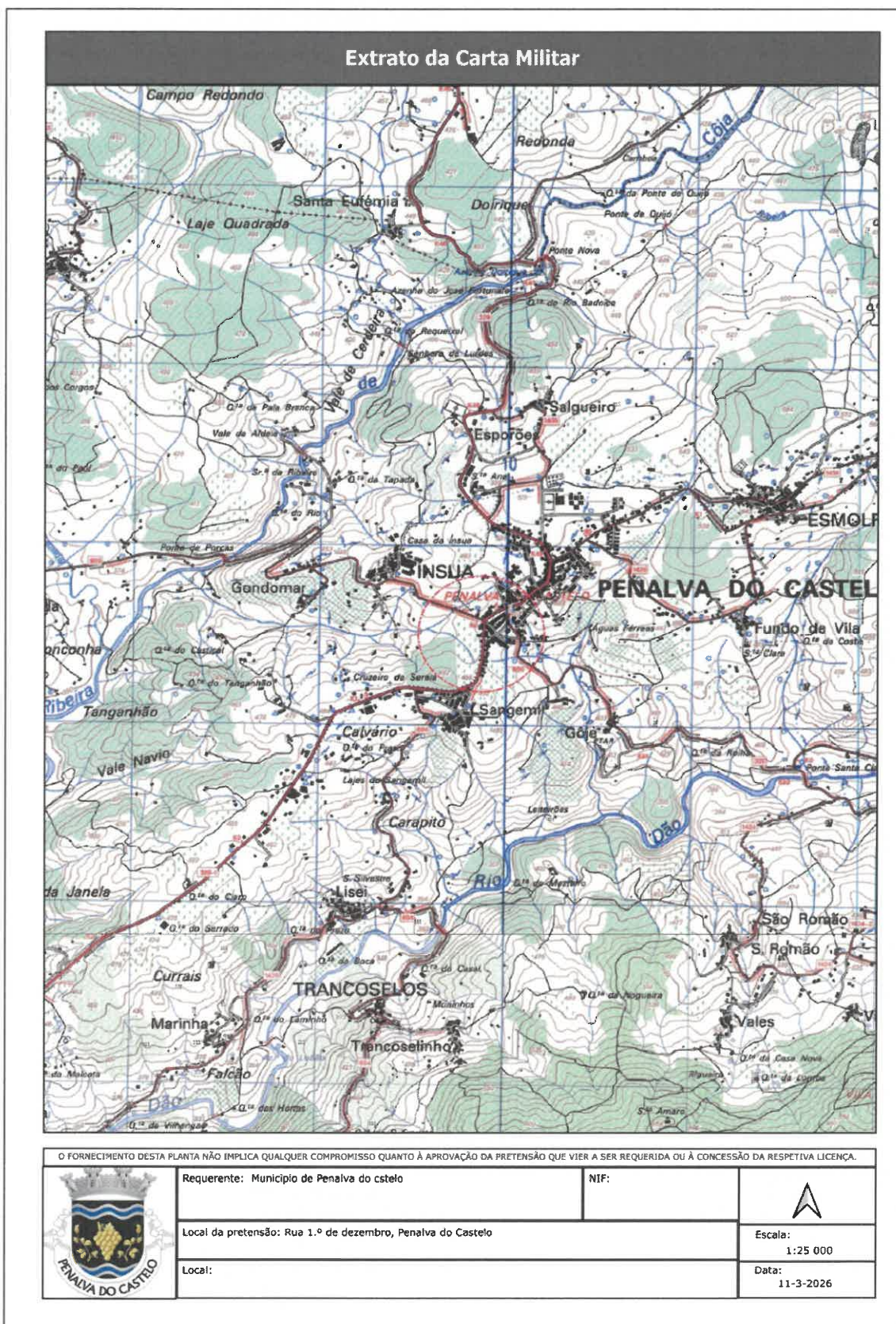


Anexos

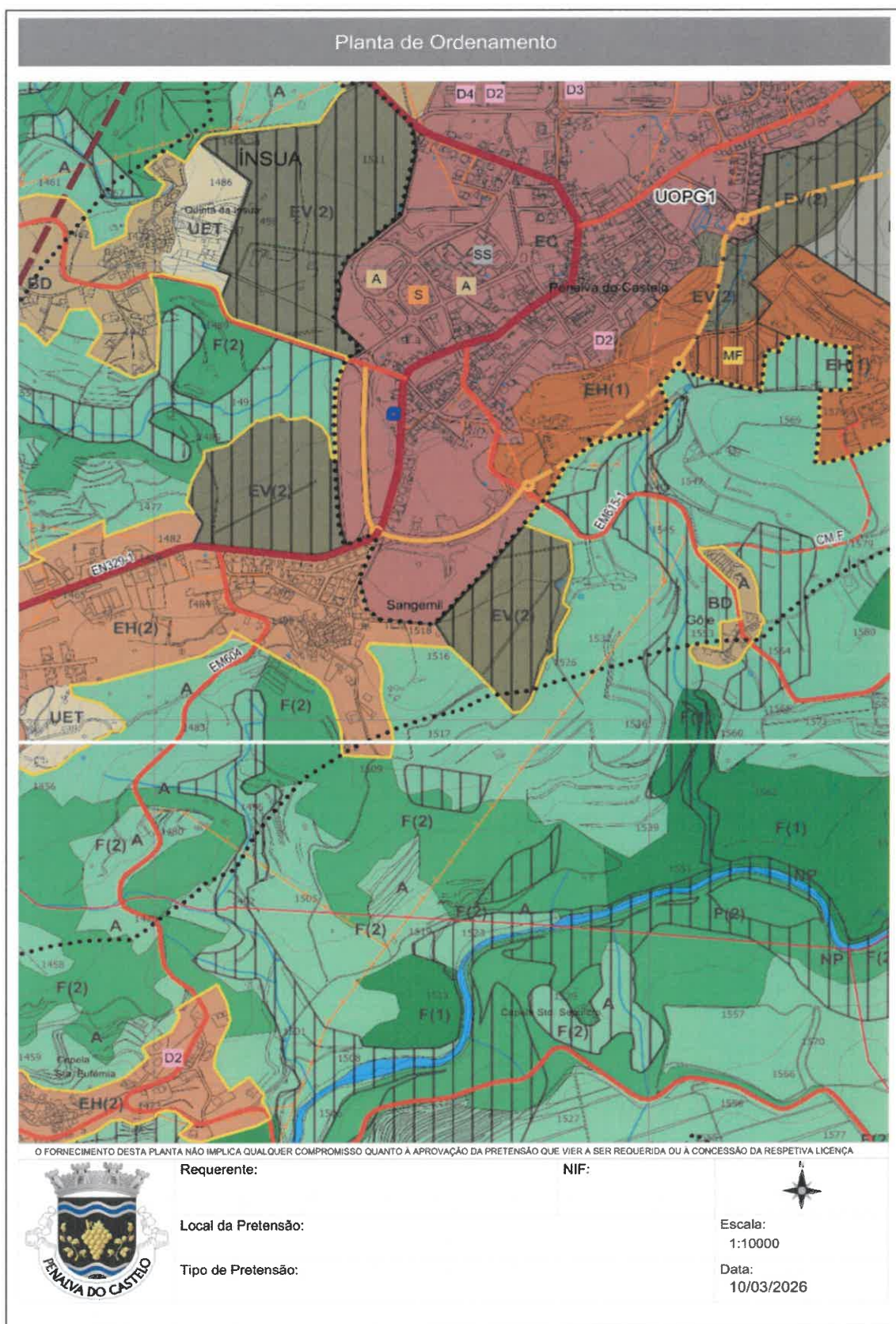
ds

10. Cartografia

a) Excerto da Carta Militar 1:25000 – folha 179 (Penalva do Castelo)

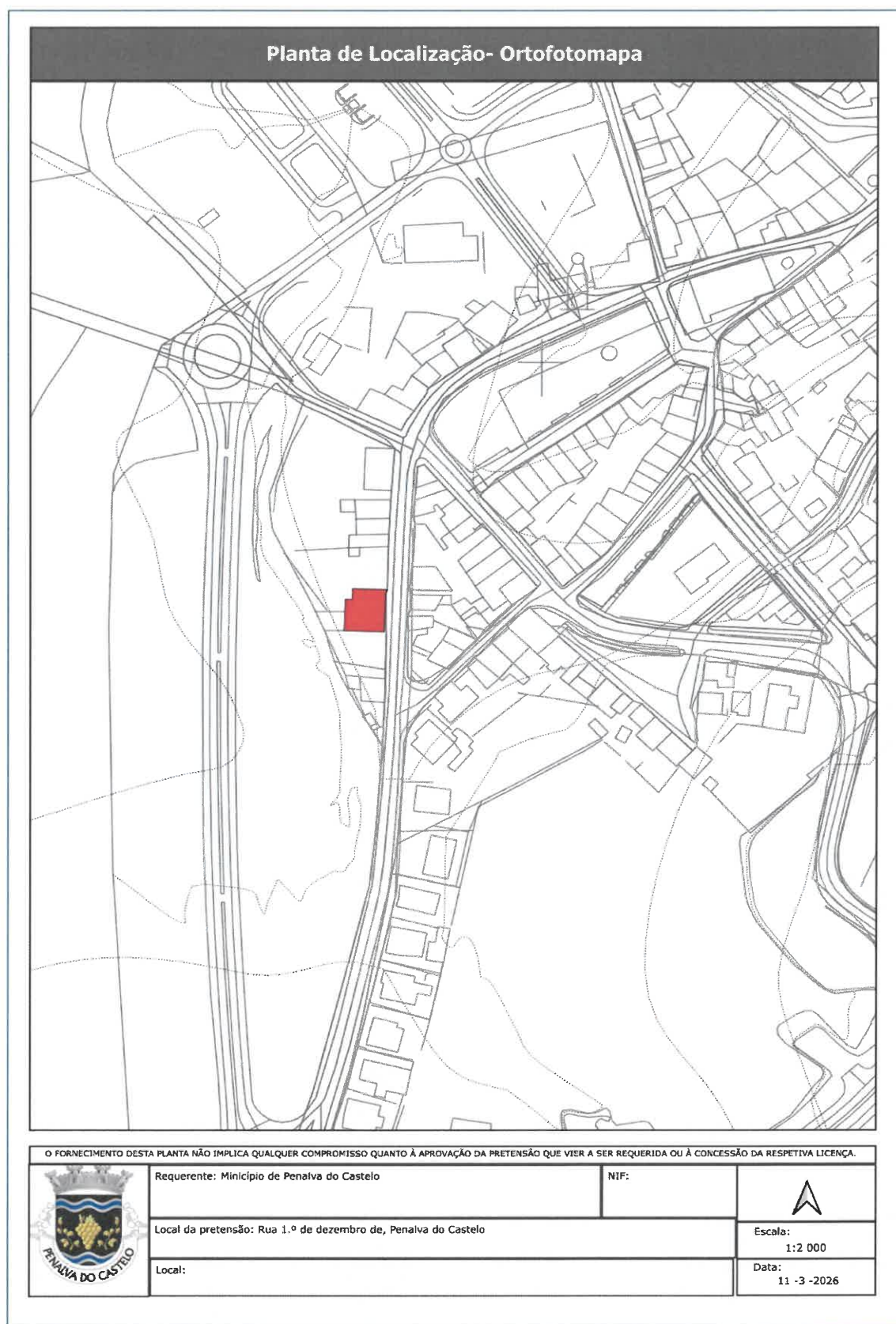


b) Planta de Ordenamento 1:10000



dh

c) Planta de localização 1:2000

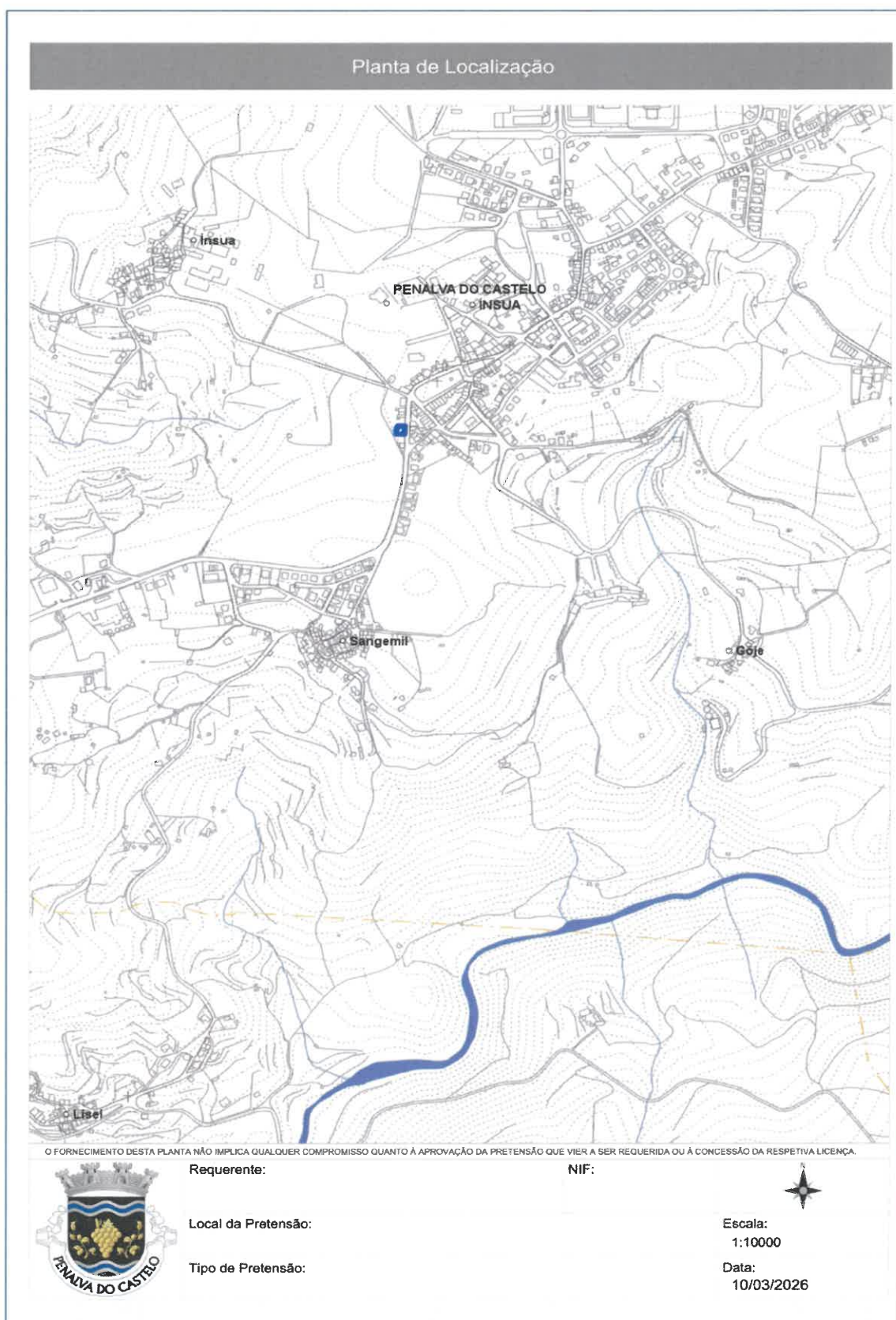


43

d) Planta de delimitação da Zona Geral de Proteção provisória (50 m) 1: 25000

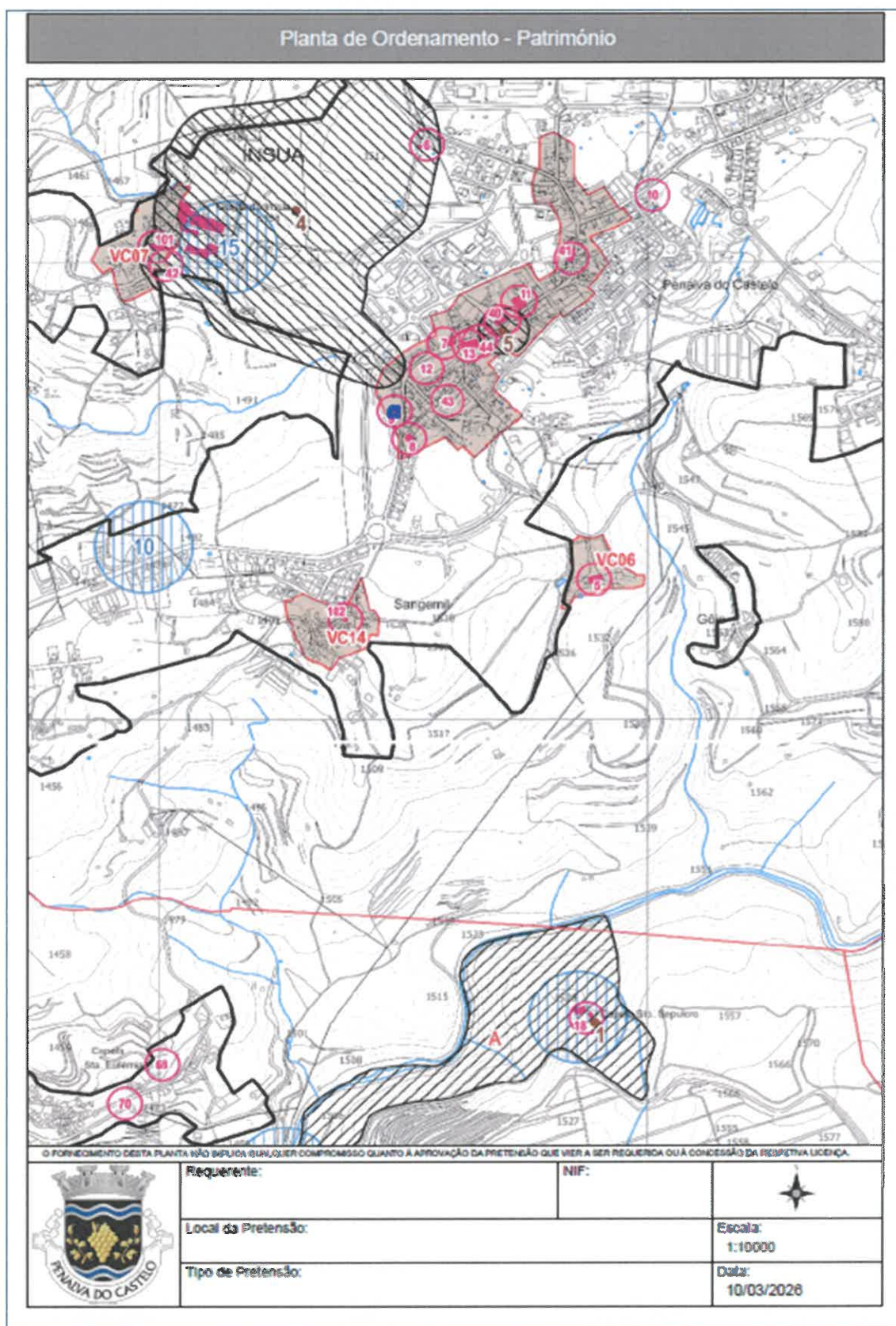


e) Planta de localização 1:10000



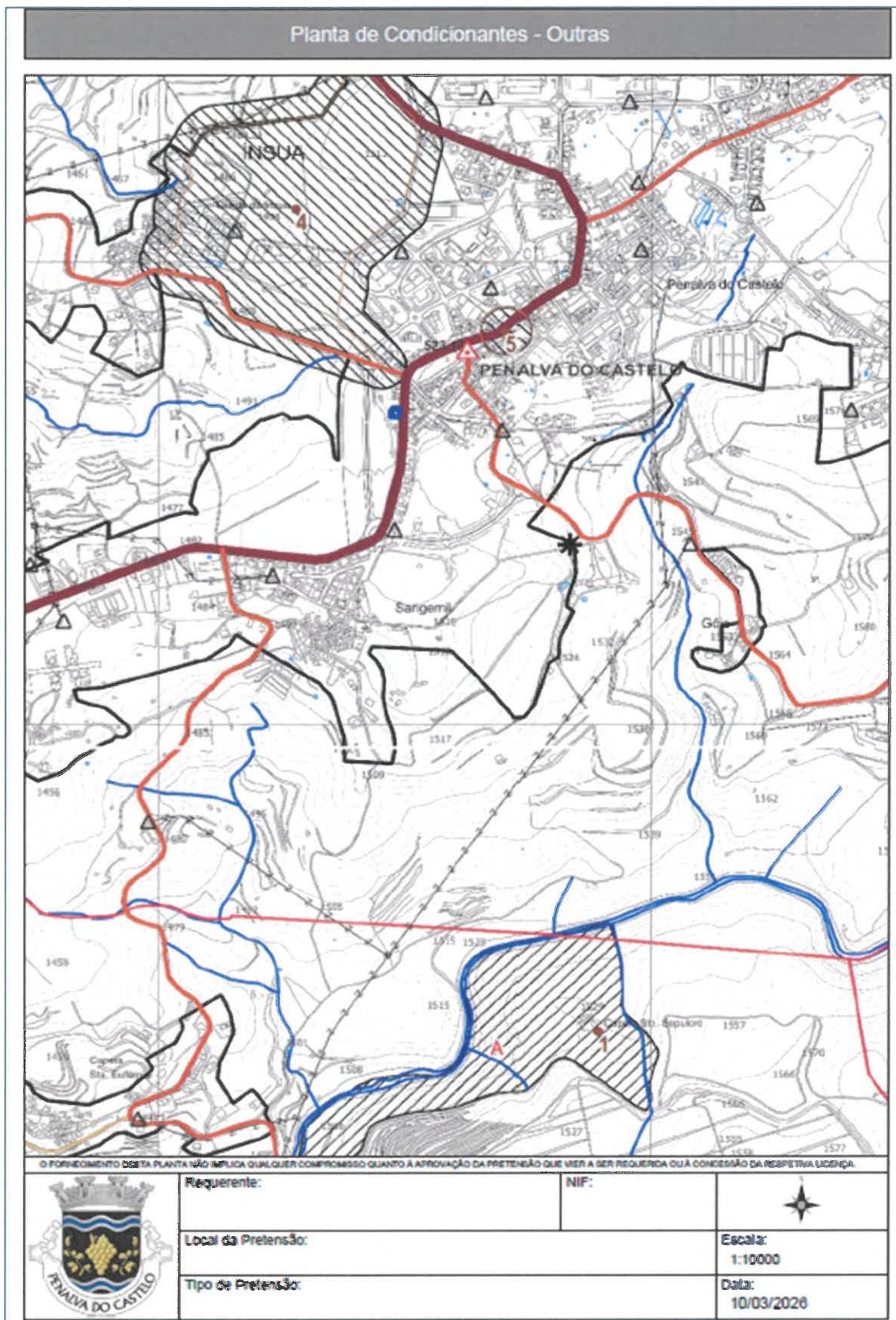
ds

f) Planta de ordenamento – Património 1:10000



fy

g) Planta de condicionantes – Outras 1:10000



11. Plantas e alçados do existente

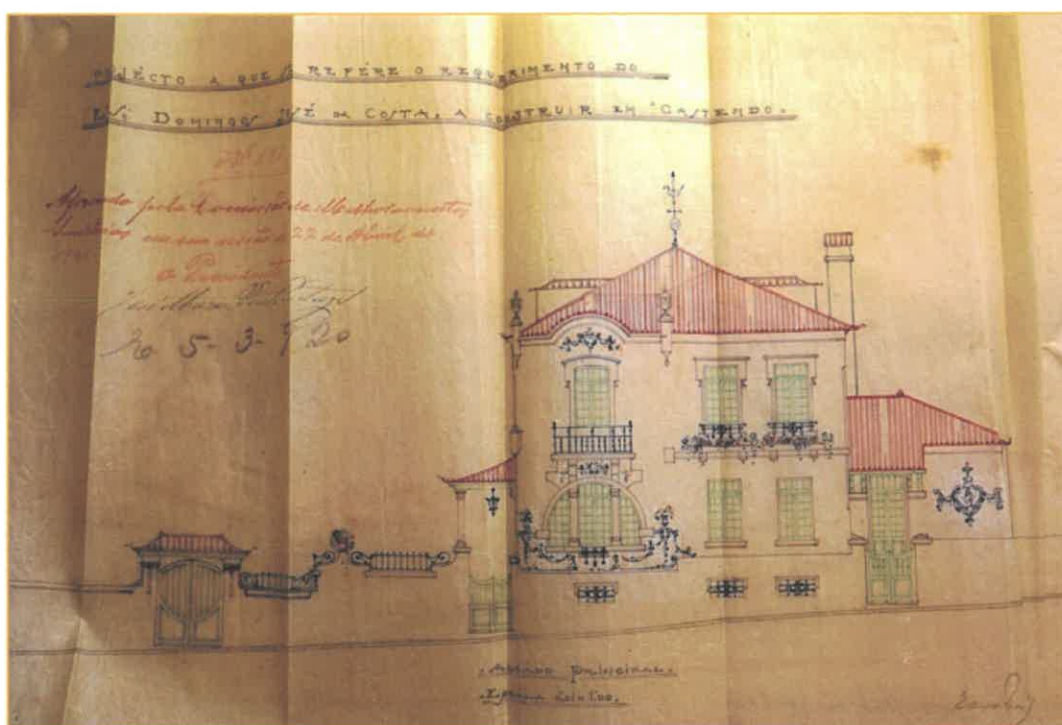


Figura 4. Alçado principal.

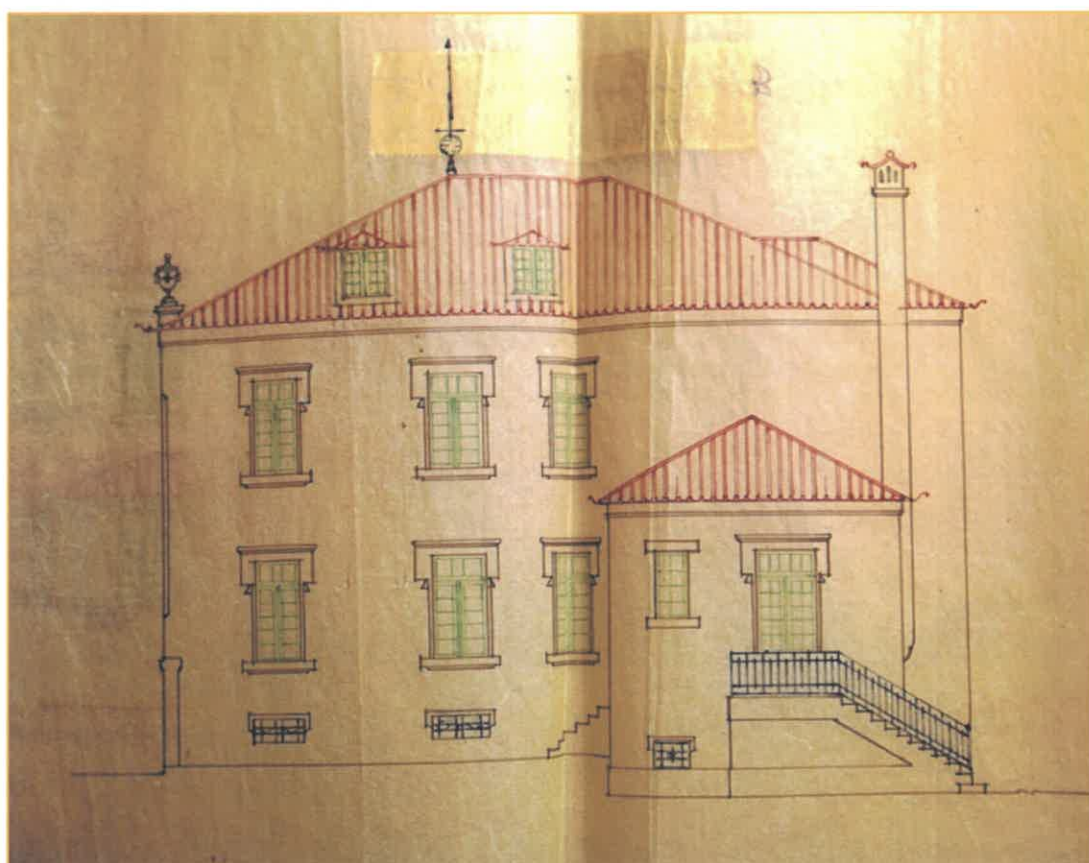


Figura 5. Alçado esquerdo.

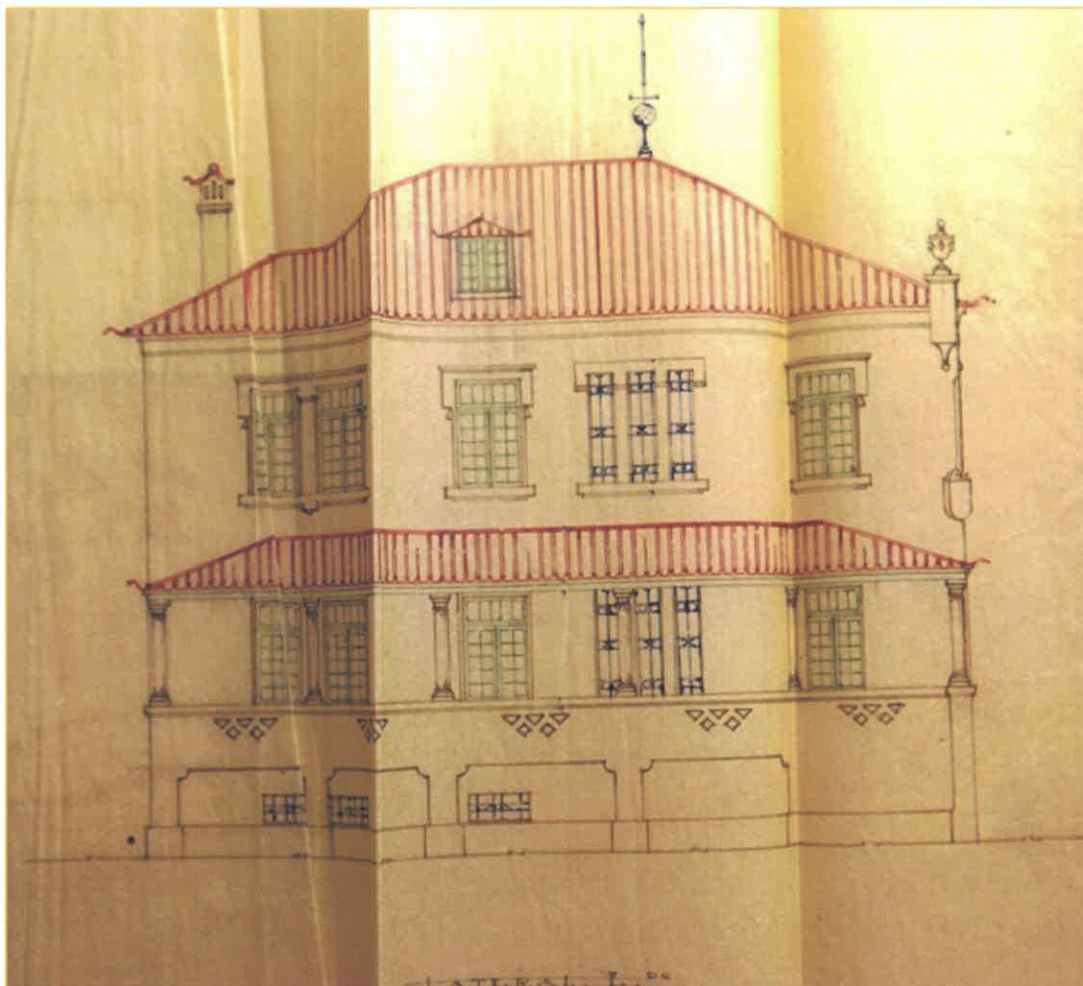


Figura 6. Alçado direito.

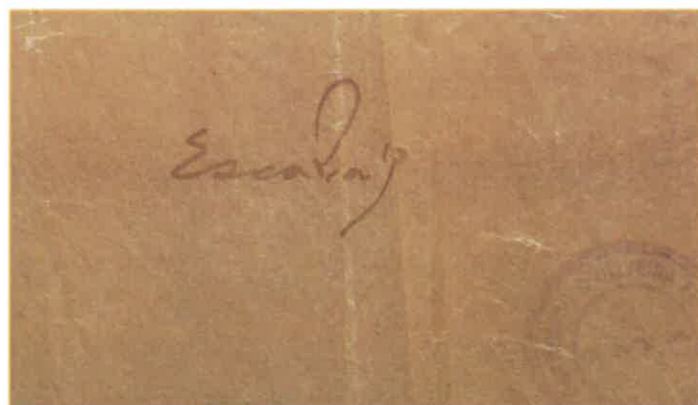


Figura 7. Carimbo de identificação do projetista.

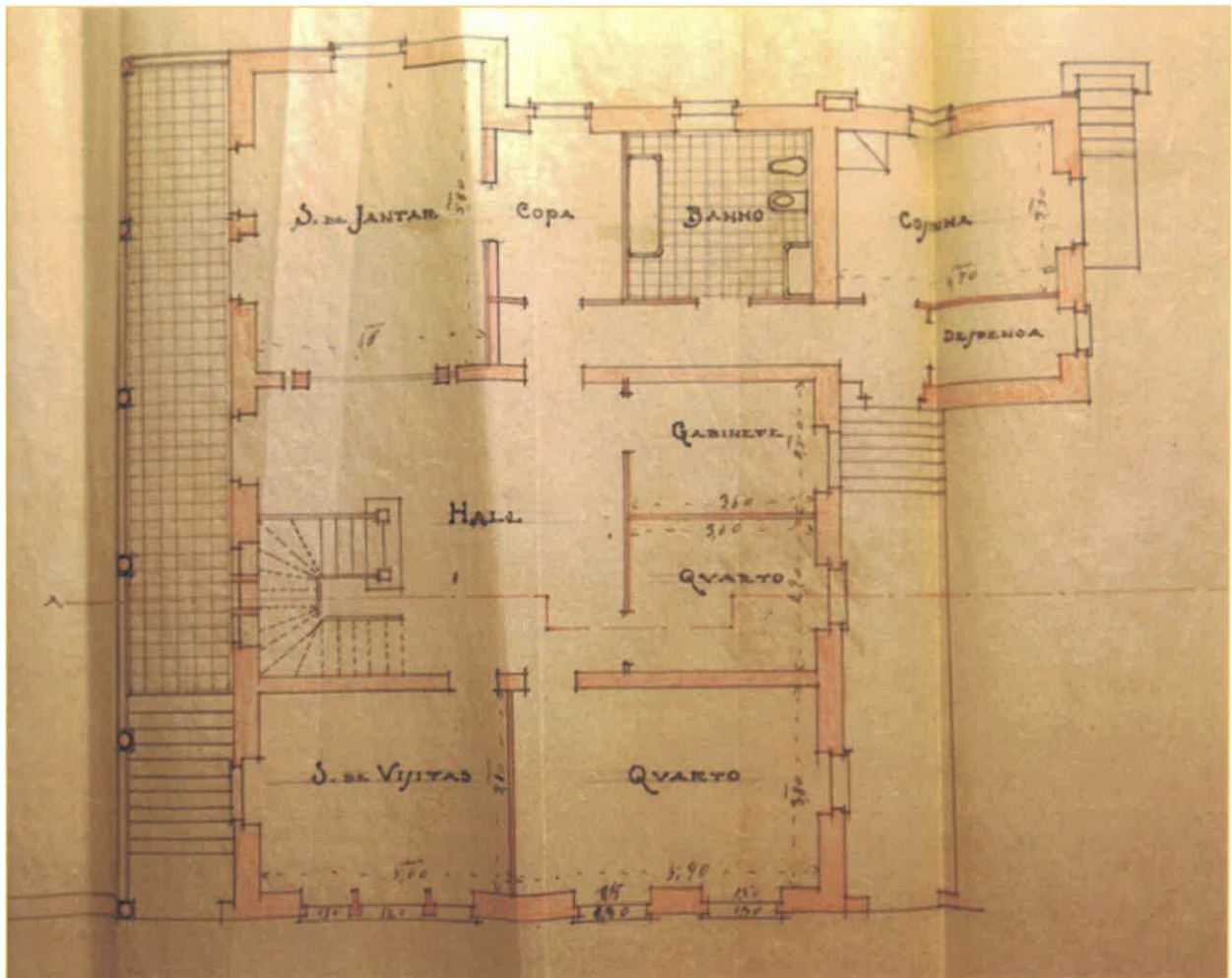


Figura 8. 1º andar



Figura 9. Alçado principal.



Figura 10. Alçado principal e alpendre.



Figura 11. Janela – fachada principal.



Figura 12. Pormenor das portadas e janelas.



Figura 13. Varanda com guarda em ferro forjado – fachada principal.



Figura 14. Empena curva (remate superior) – fachada principal.



Figura 15. Teto da sala de jantar.



Figura 16. Escadaria interior no 1º andar.



Figura 17. Hall e escada de acesso ao 2º andar.



Figura 18. Escadas de acesso ao 2.º piso.

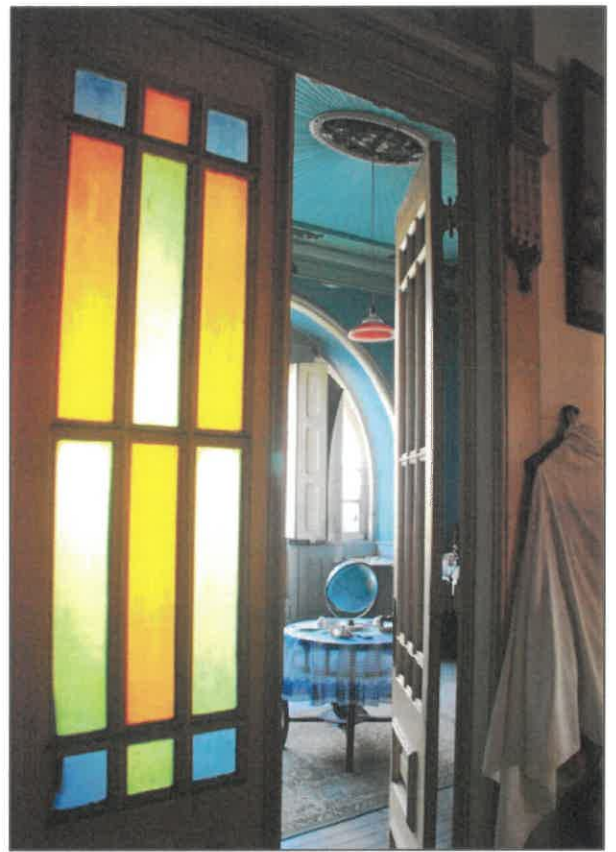


Figura 19. Vitrais.



Figura 20. Teto (desenho radial em madeira pintada).



Figura 21. Pormenor do teto da sala de jantar.



Figura 22. Entrada principal e porta da sala de jantar.



Figura 23. Porta interior e vitrais.



Figura 24. Teto ornamentado.



Figura 25. Vista geral.



Figura 26. Área envolvente.